



Anais da Assembléia

Nº 95

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1980

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e José Domingos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

De Dom Geraldo M. Pellanda, Bispo Diocesano de Ponta Grossa, enviando agradecimentos pela consagração de voto de pesar, por sugestão do Senhor Deputado Domício Scaramella, na ata dos trabalhos da sessão de 04 do corrente, por motivo do falecimento do 1.º Bispo Diocesano Dom Antônio Mazzarotto. — Ao conhecimento do Sr. Deputado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, sejam suspensas as Sessões Plenárias A PARTIR DE 4 A 8 DE SETEMBRO, dado o elevado número de processos tramitando nas Comissões Permanentes.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1980.

aa) ERONDY SILVÉRIO — Líder do P.D.S.

RENATO BERNARDI — Líder do P.M.D.B.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 124/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído o "DIA PARANAENSE DE COMBATE AO FUMO", a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1980.

a) JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA

JUSTIFICATIVA:

Em todo o mundo ocorrem manifestações no sentido de melhorar a qualidade da vida do homem. Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde estão envolvidos nesses programas, um dos quais está ligado diretamente à área do tabagismo. O ano de 1980 foi declarado pela Organização Mundial da Saúde como o "Ano de Combate ao Tabagismo". Nesse contexto o Paraná está dando um belo exemplo, promovendo uma manifestação inédita, talvez no mundo: por uma hora o curitibano fez greve do fumo. Milhares e milhares de fumantes deixaram o cigarro de lado, numa manifestação que, absolutamente, não pode ficar registrada apenas como uma simples manifestação, porque é o exemplo que o Paraná está dando ao Brasil, um País onde ocorrem cem mil mortes por ano em virtude do vício do fumo, um País onde outros cem mil seres humanos ficam incapacitados, anualmente, em consequência direta dos males causados pelo fumo. É preciso que tais manifestações se repitam anualmente para que haja uma consciência cada vez maior em relação a tão sério problema. Para que, principalmente a juventude, que está sendo levada a tão triste vício, seja alertada. É preciso cultivar perenemente a idéia de que a saúde é a maior riqueza de um homem e que o vício do fumo, ao longo dos anos, provoca danos irreversíveis à saúde. Por esta razão, estamos apresentando este projeto de lei, objetivando a que, anualmente, no dia 29 de agosto, se renovem os apelos contra o fumo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — (Lê): "Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz a esta tribuna é um assunto que vem repercutindo negativamente em todo o Estado do Paraná. Refiro-me às declarações do Ministro das Minas e Energia ao estabelecer definitivamente o prazo de 31 de dezembro próximo para que as Cooperativas Agrícolas modifiquem os seus secadores de grãos, deixando de usar o "FUEL OIL".

Nessa substituição, é visada como fonte alternativa a madeira. Mas, como é do conhecimento de todos, tem ocorrido nos últimos anos um desmatamento desregrado das poucas matas que ainda restam em nosso Estado, o que dificulta ainda mais a concretização, com êxito, da substituição do "FUEL OIL" pela madeira.

O Paraná, de grande exportador de madeira, hoje, infelizmente, não ocupa mais esta posição de destaque, pois a atividade florestal em nosso Estado se caracteriza pela sua perenidade, uma vez que a cobertura florestal foi reduzida de 87% do seu território, e como consequência desta situação, é que estamos importando madeira até da Amazônia para suprir as necessidades desta matéria prima.

Diante deste cenário, que acreditamos não seja do conhecimento do Senhor Ministro das Minas e Energia, perguntamos: até onde é viável e possível a efetiva substituição até dezembro do corrente ano do combustível derivado do petróleo pela madeira, hoje tão escassa no Paraná? E como se resolverá a situação dos municípios do Oeste do Paraná, que derrubaram suas reservas florestais para utilizar esta área na agricultura?

A agricultura do Paraná destaca-se como uma das maiores produtoras de trigo, soja, milho, arroz, feijão e produz quase 30% de grãos do País e toda esta produção será prejudicada se não forem liberadas novas cotas de óleo para os secadores.

Essa medida de economia de combustível, entendemos ser bastante necessária em função da crise mundial do petróleo, mas, somos do entendimento que somente seria produtiva esta medida se aplicada a longo prazo, uma vez que a reconstituição de florestas é um processo lento e que em nosso Estado somente agora, concretamente, as medidas e incentivos neste sentido estão sendo tomadas.

Senhor Presidente, nossa preocupação reside no prazo estabelecido para a substituição do "FUEL OIL" e as consequências desta medida para uma região onde a madeira é escassa, para não dizer extinta. Acreditamos que será extremamente mais oneroso ao País a perda da produção agrícola do que queimar óleo para os secadores, queima esta que uma vez abolida representa uma porcentagem mínima de economia de combustível para o País.

Esperamos que esta posição do Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia possa ser reestudada, e que sejam ouvidos os interessados que serão diretamente atingidos com este posicionamento, pois acreditamos que esta medida foi tomada sem conhecimento da real situação de nossas lavouras.

O Paraná que contribui de maneira significativa para o desenvolvimento de nosso País, precisa de apoio de nossos governantes, em todos os níveis, para alcançarmos um maior desenvolvimento e proporcionar bem-estar à coletividade."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu sempre tenho sido avesso, à consignar na ata dos trabalhos, voto de louvor, de aplausos, à Secretários de Estado, enfim, a auxiliares da administração pública, porque eles nada mais fazem do que cumprir o seu dever, quando acertam nas diretrizes que imprimem às suas Secretarias.

Entretanto, existem determinados fatos que necessitam ser destacados e, às vezes, a medida se justifica, mais como um incentivo, um estímulo, a um Secretário de Estado que extrapole as suas próprias obrigações e realmente imprime, à sua Pasta, uma administração sadia, digna de encômios, de elogios, não aqui dentro das fronteiras do Estado, mas além-fronteiras do Paraná, como acontece com a Secretaria de Administração.

A saliente Secretaria de articulação com os Estados e municípios, que é um órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, escolheu o Paraná como um Estado inspirador de um processo de modernização administrativa, que se está implantando em todo o País. Desde o ano passado a Secretaria de Administração do Paraná passou a exportar para os demais Estados da Federação toda a sua experiência, que fez com que o nosso Estado se tornasse modelo nacional pelo Governo Federal.

Graças ao brilhante trabalho desenvolvido pela Secretaria de Administração, os paranaenses estão implantando a sua experiência no setor, nos Estados de Sergipe, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Amapá, Rio Grande do Norte, Maranhão. Através de convênio firmado com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, os técnicos paranaenses estão hoje percorrendo esses Estados, demonstrando a sua capacidade, principalmente, mostrando o que é o Paraná hoje, em termos de administração pública.

Deve-se ressaltar, principalmente, o trabalho que os paranaenses vêm desenvolvendo junto ao Governo do Maranhão, onde criam praticamente toda a estrutura administrativa daquele Estado, que estava atrasado cinquenta anos em termos de estrutura administrativa. E lá estão os técnicos do Paraná criando,

implantando, uma nova filosofia de trabalho, de administração pública.

Para que se tenha uma idéia do trabalho dos nossos técnicos naquele Estado, eles estão desenvolvendo projetos para modernização do DETRAN, implantação dos regimentos de todas as Secretarias, assessoramento integral ao Secretário da Administração nas atividades de modernização, criação de sistema de patrimônio do Estado, criação de um sistema de materiais do referido Estado, implantação de um órgão de administração do transporte oficial do Governo, implantação do cadastro e política de desenvolvimento dos recursos humanos, realização de seminários para acompanhamento de processo de modernização administrativa do Maranhão.

O Maranhão, pode-se dizer, um Estado pequeno, um Estado que realmente tem a sua estrutura arcaica de serviços públicos, mas o que se dizer de Estados como Goiás, Rio Grande do Sul, em que a Secretaria de Administração, sob a orientação serena e equilibrada do Secretário Vilson Deconto, tem feito um trabalho notável que tem projetado o Estado do Paraná em todos os Estados brasileiros, neste setor.

Por esta razão, Sr. Presidente, é que eu requeiro a consignação, na ata dos trabalhos, de um voto de aplausos a este trabalho, exclusivamente à este trabalho; ressaltando, mais uma vez, que somos, sempre fomos contrários à este tipo de administração, mas às vezes torna-se necessária, para que sirva como estímulo, como incentivo e como reconhecimento dos homens públicos por um trabalho que tanto tem orgulhado o Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado José Domingos, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"No mundo inteiro, atualmente, estão sendo consumidos cerca de quatro trilhões de cigarros por ano, cujo comércio do tabaco é manejado por sete grandes consórcios internacionais, com sede nos Estados Unidos, Inglaterra e África do Sul. Graças às intensas publicidades, onde são usadas lindas garotas, esbeltos rapazes, carros de corrida e iates, o vício do fumo, que muitos teimam em dizer trata-se tão somente de um hábito de fumar, está envolvendo a mocidade brasileira de ambos os sexos numa rotina perigosa e de consequências certamente indesejáveis se houvesse uma consciência quanto aos malefícios do cigarro.

Certamente o fim do tabaco não convém a nenhum Governo, mas segundo a Organização Mundial da Saúde, enquanto que nos países altamente industrializados, a indústria do tabaco está em recesso, nos países do terceiro mundo o consumo de cigarros assinala um contínuo e venenoso aumento. Nos países pertencentes à Comunidade Econômica Européia, a venda de cigarros diminuiu quase dois por cento. Já o mesmo não ocorre nos países subdesenvolvidos, onde o consumo do cigarro está num índice crescente.

No Brasil, por exemplo, há o registro nada louvável: passamos do oitavo lugar em número de fumantes, em 1976, para o segundo lugar em 1979. Devendo-se tal fato, certamente, às agressivas campanhas publicitárias nos meios de comunicação social, especialmente, a televisão e o rádio. Hoje, é comum vermos jovens, meninos e meninas entregues ao vício do cigarro.

Felizmente, porém, em meio a tão pesadas constatações, surgiu o Programa Estadual Contra o Fumo, promovido pela Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social e cujo movimento conta com o apoio da Associação Médica do Paraná, da recém criada Associação Paranaense de Combate ao Fumo, e cujo ponto culminante é a Greve do Fumo, marcada para esta manhã em Curitiba. Há que se ressaltar que, nesse movimento, nessa manifestação, participam personalidades da política paranaense, entre os quais, o nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, Presidente do Poder Legislativo paranaense, além de representantes

de entidades religiosas, clubes de serviço, associações, entidades de classe, profissionais liberais e estudantes de todos os níveis.

O Paraná está dando um exemplo. Há, aqui a conscientização quanto aos males do fumo, que provoca anualmente, no Brasil, cem mil mortes, enquanto que outros cem mil brasileiros ficam incapacitados em consequência dos males causados pelo fumo. Poderíamos fazer dezenas de referências quanto às consequências provocadas pelo hábito de fumar, mas vamos citar apenas estas: o hábito de fumar está relacionado a nada menos do que noventa por cento dos óbitos provocados por câncer pulmonar; setenta e cinco por cento das mortes devidas a bronquites crônicas e aos enfisemas. Um detalhe contrastador: a mortalidade infantil está ligada diretamente aos problemas provenientes do fumo, sobretudo a mortalidade classificada como perinatal, que ocorre durante os primeiros vinte dias de vida.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É preciso por um freio em tão triste situação. É preciso que o País deixe de ser o segundo maior consumidor de cigarros do Ocidente. E o Paraná está dando o primeiro passo. E ao nos congratularmos com o Secretário Oscar Alves, com o Governo do Estado, com a Associação Médica do Paraná, com a Associação Paranaense de Combate ao Fumo pelas manifestações programadas contra o tabagismo, apelamos no sentido de que o Programa Estadual Contra o Fumo não se extinga com a greve do fumo. Não queremos apenas um mundo com menos fumaça de cigarro, mas sim, um mundo com mais saúde."

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Esta Presidência sente-se no dever indeclinável de cumprimentar os Srs. Deputados que em plena hora de protesto contra o fumo, exatamente às 10 horas e 30 minutos, — das 10 às 11 seria a Hora do Protesto contra o Tabagismo, e vê os Srs. Deputados não fumando, portando, colaborando, cumprimento-os efusivamente.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — (Lê): "Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há dias passados, esta Casa teve oportunidade de aprovar requerimento de minha autoria apelando ao Poder Executivo no sentido de conceder um abono de emergência ao funcionalismo público em geral, tendo em vista amenizar a situação angustiante porque passa a classe em decorrência da galopante inflação que destrói os valores de quem vive de salário.

Vejo, no entanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tudo com grande desalento, isto porque, hoje, infelizmente, vivemos um mundo dominado pela concentração de poder e riqueza de uns poucos em detrimento dos demais. O homem está sendo substituído pelo dinheiro, pois enquanto se luta por este, por aquele nada se faz.

Este País é de um povo ajoelhado a suplicar que lhe sobre alguma coisa, apenas para sobrevivência.

Para exemplificar, basta que se volte os olhos, ainda que de relance, à grande massa de trabalhadores, agentes ativos da produção, desamparados e que não ganham sequer para suas necessidades elementares.

Enquanto o poder público está preocupado com os fabulosos lucros das suas empresas, inclusive do BNH e as COHABs, esquece que o fundamental está na adoção de uma política voltada para o homem que trabalha, desprovido de bens, alimentação e outras necessidades básicas para que possa o trabalhador ter o desempenho que lhe cabe na sociedade.

Estamos a esperar que a pregação de uma política administrativa voltada ao homem, apregoada pelo Governo seja traduzida em atos concretos e que não fique no campo das meras intenções como até aqui tem ocorrido.

Aí está a mensagem do Governo do Estado, que pretende a reclassificação do funcionalismo público, mas que apresenta deformações e injustiças contra o que inúmeras são as reclama-

ções dos prejudicados.

E digo isso, porque não se concebe que depois de tanto tempo, tantas promessas, se venha agora apresentar a esta Casa um projeto defeituoso, o que demonstra que o Poder Executivo de nosso Estado está carente de uma assessoria técnica que responda com segurança pela elaboração dos planos do Governo.

Quero, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar aqui este registro como forma de meu protesto por essas distorções que se constataram na sociedade brasileira, causa dos desajustes sociais que estão a gerar séria intranquilidade à vida do povo e está criando uma desestabilização na nossa combalida democracia."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença do eminente prócer político Paulo Gorski que, com muita honra para nós, encontra-se nesta Casa de Leis.

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Estou vindo, neste instante, das escadarias da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, na Praça Santos Andrade, onde ainda está sendo realizado um ato público congregando acadêmicos de Direito das três Faculdades de Direito de Curitiba, congregando professores, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, entidades classistas, partidos políticos e também a presença ostensiva de agentes de segurança pública, mostrando que, quando os atos são públicos, são democráticos, eles sabem agir, não sabendo entretanto agir, Sr. Presidente, para efetivamente garantir, ao cidadão, a sua segurança.

Mas gostaria, Sr. Presidente, para que conste dos Anais da Casa, de ler o pronunciamento do eminente Dr. René Ariel Dotti, feito nesta oportunidade. (Lê):

"CRIMES SEM SEPULTURA

Os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná se reúnem para manifestar o repúdio contra o progresso dos novos delitos coletivos e em homenagem à vida e à memória das vítimas.

Por uma coincidência não acidental, as explosões deflagradas pelo terror se intensificaram quando a Nação e o povo brasileiro comemoravam o primeiro aniversário da anistia, como fenômeno de reconciliação e de esperança nos destinos da Pátria comum.

A violência e o traumatismo que marcaram o 28 de agosto de 1980 se constituíram não apenas em mais uma forma de atentar contra a segurança da Nação e a ordem política e social. Elas ingressam na História de nosso grande País, assim como os cataclismos e tantos acontecimentos geradores do pânico. As lesões penetraram fundo no corpo e na alma de todos quantos vivem a fé de um RENASCIMENTO dos direitos naturais e sociais que durante muitos anos estiveram afastados do patrimônio jurídico do Homem.

Os estudantes de Direito e os seus professores estão em comunhão cívica deste ato. Um solene e importante gesto que evoca a solidariedade e a imortalidade. SOLIDARIEDADE na reação ao terror e na homenagem a todas as suas vítimas, próximas ou distantes; IMORTALIDADE na memória das atitudes de coragem e amor em favor das instituições nacionais e dos valores fundamentais à pessoa humana.

Não poderemos passar para a História como testemunhas inertes ou indiferentes deste grande e desesperador AUTO DE TERROR; os professores e alunos não estão vendo a tragédia à distância e nem podem considerar a violência e o crime como acontecimentos de rotina ofertados monotonicamente na mesa das lições acadêmicas, assim como as hipóteses abstratas e descoloridas de pequenos ou grandes crimes, porém isolados de

maior ressonância a não ser pela repetição enfadonha de complicados e extensos tratados.

Todos nós, professores e alunos devemos participar do movimento nacional que reprova o terror e conserva a esperança; que repudia o delito e mantém viva e crescente a fé. Devemos compor e participar dos AUTOS DE DEVASSA para a descoberta e punição dos autores destes novos delitos coletivos. Não, porém, à imagem e semelhança da DEVASSA que dirigida do exterior contra o nosso povo, vitimou os heróis de Vila Rica, fazendo da Inconfidência Mineira um marco significativo e fundante da memória nacional; mas, sim, uma NOVA DEVASSA inspirada nos mais legítimos e sagrados interesses nacionais e movimentada rumo à paz e à segurança. Uma NOVA DEVASSA que, sem ódios e outros sentimentos dilacerantes do espírito, conduza à verdade e nos conforte, a todos os bons brasileiros, com a certeza de que as vítimas do terror jamais serão esquecidas. Ao contrário, que vivem em nossa memória e em nossa sensibilidade patriótica não em nome da vingança, mas da Justiça; não em nome do castigo, mas da Esperança; não em nome da morte, mas da Vida. Uma NOVA DEVASSA que separe a luz das trevas; os bons dos maus; os honestos dos desonestos, uma DEVASSA, enfim, que possa descerrar os mistérios da impunidade e render lembrança às vítimas dos crimes sem sepultura."

Era este, Sr. Presidente, o pronunciamento feito pelo advogado René Ariel Dotti, num ato público, que ainda está sendo realizado nas escadarias da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e, em seguida Sr. Presidente, Srs. Deputados, será realizada uma conferência de imprensa na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, para a qual convido todos os Parlamentares das Bancadas da Oposição e também da Bancada da Situação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Encerrado o Pequeno Expediente.

No horário reservado às Lideranças, consulto o PP se deseja usar da palavra. Ninguém se manifestando, consulto o PTB. Da mesma forma, consulto o PMDB. Falará o Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — "Sei que os tempos são difíceis, sei que os tempos são de dores, sei que os dias são ásperos demais, e que o inimigo do homem cada dia se disfarça menos.

Pois, apesar de tudo, eu te digo simplesmente: resiste, ainda que os braços do inimigo pareçam tão longos como asas de moinho, luta! Avança companheiro! Não desanimes nunca, e verás a verdade chegar dentro da manhã, manhã geral de amor que vai chegar! Tiago de Mello."

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Os vermes estão voltando.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, quando as forças aliadas exibiram para o mundo inteiro o horror e a bestialidade dos terríveis campos de concentração, e mostraram os indicativos do massacre aos judeus, todos os Países ficaram indignados com tamanha brutalidade.

Mas, muito mais do que indignados, espantados ficaram muitos alemães, ante os extremos a que desaguara a selvageria nazista.

Todavia, Sr. Presidente, muito antes dos campos de concentração, em massacres cotidianos, a extrema direita nazi-fascista, começou com atentados de pequenas proporções, sem vítimas fatais, invadindo e queimando creches, fazendo ameaças aqui e acolá.

Como a punição não acontecia, a escalada crescia e crescia geometricamente, até porque não se queria impedi-la.

E o mais grave, Srs. Deputados: — a maioria do povo alemão passou a conviver rotineiramente com a estupidez da violência, e, aos poucos, a consciência nacional não mais despertava

nem para a gravidade do momento.

E, por fim, nem mais se sensibilizava.

Reservadas as proporções, esse repressivo quadro precedente ao nazismo tem novo e reconhecível tempo, tem novo e reconhecível espaço.

As ameaças, atentados, explosões proliferam; queimam-se sedes e sucursais de jornais independentes numa semana; noutra, seqüestra-se autoridade religiosa e nada acontece; na terceira semana, bombas na Associação Brasileira de Imprensa; na quarta nos escritórios de advogados. E nada acontece.

Na quinta semana, ameaças sobre sindicatos, livrarias, Assembléias Legislativas, Partidos da Oposição, homens de Oposição, e continua a nada acontecer; na sexta semana, outro jurista eminente e líder de causas democráticas, sofre atentado, na sétima novas instituições são atingidas, mas, ainda, sem vítimas, e nada acontece.

Tudo isso ocorrendo à luz do dia, porque, na calada da noite, no silêncio das madrugadas, incendeiam bancas de jornais, cujas instalações ardem, como que homenageando tristemente a certeza de que não serão apurados seus responsáveis.

Em que pesem as lamentações, protestos até de repúdio de algumas autoridades maiores, tudo fica na promessa do máximo rigor na apuração dos fatos, e rigorosamente nada se apura. Pois, até agora, nenhum atentado terrorista contra instituições, entidades, personalidades públicas independentes ou da Oposição, foi esclarecido.

E, caracteristicamente, estamos vivendo a realidade da metáfora do filme "Z", ainda em exibição no Brasil, depois de tantos anos de censura.

A impunidade acabou sendo a garantia maior para o terror, até que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, veio outra semana, que não sabemos mais qual o número dela, e aí, vários atentados num só dia, ao jornal alternativo "Tribuna da Luta Operária", "à Câmara Municipal do Rio de Janeiro", à Sede da Ordem dos Advogados do Brasil, mas, agora, com sangue, com vítima fatal, com o espectro da morte.

Por isso é que dizemos: os vermes estão voltando. Os mesmos vermes que criaram na história triste da humanidade, o nazismo de Hitler, o fascismo de Mussolini, os maníacos de Nero, e tantos outros que enlamearam a história da humanidade.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os atos terroristas não são isolados; são adequadamente planejados, até porque são instantâneos, e em diferentes partes do País, num mesmo dia, recebem as mesmas ameaças, entidades representativas, homens públicos ligados a setores da Oposição e outras instituições apartidárias deste País.

Mas todos sabem, que o terror tem efeito multiplicador, porque o terrorismo estimula a violência.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste instante em que sentimos o redemoinho monótono, pesado, cansativo, da desesperança, não podemos ceder, porque nesse preciso instante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós todos, independente de posição político-partidária, ou de corrente ideológica, deve ter em mente que essa escalada da violência tem um objetivo claro, tem uma razão maior, e os objetivos, e as razões não precisam nem ser reprisadas.

O que querem é transformar o brasileiro em um novo preso, mas se esquecendo que o povo brasileiro pode ser o seu próprio carcereiro, e obter com a sua chave da liberdade, a libertação maior de todos nós.

Quem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, está por trás da onda terrorista? Por que o Governo assistiu a escalada, minimizou, subestimou?

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados se estas indagações pairam tristemente no ar, queremos deixar aqui a nossa posição e opinião, porque não temos dúvida que está caracteristicamente definida ser uma ação terrorista de direita, alimentada pelos anos de Ditadura, incentivada pelos órgãos de repressão e a sua

impunidade. Porque Sr. Presidente, Srs. Deputados, não venham querer caracterizar ação terrorista de esquerda, ou ação terrorista desta ou daquela facção ideológica de esquerda. Por quê?

Ora, Sr. Presidente, toda a ação terrorista, genericamente, é de falsa elite, de pequenos grupos objetivamente conservadores e de direita. Não importa o conteúdo subjetivo, as idéias que dizem ter seus autores, dizemos que de direita, porque é contrária às massas, porque é contrária ao povo brasileiro, porque em última instância, é contra o povo.

Não devemos nunca confundir a rebeldia contra tiranos, a reação de pessoas contra o estado de opressão que o próprio terrorismo cria, como recentemente se criou neste País, onde o anti-terrorismo levou até por dever e direito, levantar-se contra a defesa da liberdade dos direitos humanos. Porque isto é outra coisa.

Terrorismo é a conservação do "status quo", ou a conservação dele para com o objetivo claro, aumentar os privilégios de uma classe dominante, que usa inclusive de minorias, para permanecer todo-poderoso.

Mas o que estamos vendo no País, na opinião que temos, é de que grupos ainda oriundos dos porões da Ditadura, saíram da sombra em que estavam e estão começando a se confundir com o mínimo de liberdade que as forças populares deste País estão conquistando.

Com a abertura, é impossível admitir que pessoas de esquerda, ligadas à massa e que querem a libertação deste País, tenham atitudes contra a própria massa e contra os seus maiores interesses; porque interessa a setores que querem a transformação da sociedade, a liberdade e a Democracia, para livre e democraticamente, defender as suas idéias. Mas interessa a aqueles que querem o continuismo da noite escura, à estes, interessa sim a violência, o terrorismo, porque assim eles industrializam o medo. Uma vez industrializado o medo, eles conseguem calar a Nação, fazer com que os setores populares não consigam avançar e que a História permaneça como está, com seus privilégios a grupos minoritários e as vantagens à minorias dominantes.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos a visão clara neste instante, de que faltou realmente decisão de punir, desde o primeiro instante, os atos que começaram a proliferar neste País. E se hoje temos entre atentados, ameaças e atos terroristas, cento e oitenta e quatro nos últimos meses, neste País, temos também que dizer que nenhum foi apurado até este instante. Inclusive, nestes cento e oitenta e quatro atos-ameaças, já praticados nestes últimos meses, desde o início de 1979, muitos tivemos que já estavam sendo apontadas pessoas envolvidas. Como tivemos no Rio Grande do Sul, na Assembléia Legislativa, no dia 1.º de abril, como tivemos em São Paulo recentemente no caso Dalmo Dalari e como tive anteontem no aeroporto de Congonhas, quando um jornalista era perseguido e, com a ação de populares, foi levado à sala da Polícia Militar e de repente desapareceu o cidadão, porque disseram que ele seria identificado no setor secreto do exército nacional.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que resta a fazer? O que resta a nós brasileiros que não queremos violência e não admitimos o terrorismo, nós só temos um caminho, o caminho da unidade das forças democráticas e o caminho da unidade das forças democráticas precisa e deve ser trilhado, pelo trabalho da resistência. Devemos cobrar a responsabilização de todos os atos, porque inclusive a autoridade do Presidente da República está em jogo. Mas, essa cobrança da responsabilização tem que ser incisiva, pertença a que partido se possa pertencer, tenha a ideologia que se possa ter.

Mas, se já estamos chegando a duas dezenas de atentados e ameaças nos últimos meses neste País, sem punição alguma podemos ainda cortar na raiz a bestialidade nazi-fascista que está em andamento.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo, que devemos nesse instante fazer uma convocação, a todas as camadas sociais deste País, à dona de casa, ao estudante, ao homem do PDS, do PP, do PDT, do PTB, PT ou PMDB ou apartidários, a todos que tenham um pouquinho de responsabilidade presente e futura, para que na verdade, façamos aqui agora sem sectarismo, todos querem a liberdade e paz, precisam formar a frente anti-terror, pois que a construção, pois que a proteção é a ampliação da democracia é algo muito sério, profundo e valioso Sr. Presidente, para que se possa deixar nas mãos da polícia. Ninguém pode ficar em casa, ninguém pode se calar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sob pena de ficarmos amanhã ou depois, extasiados como muitos alemães vendo o massacre da guerra mundial, ficaram espantados com as raíes que o terror tinha atingido no nazismo que se implantara.

Por isso, termino como comecei Sr. Presidente, sei que os tempos são difíceis, sei que os tempos são de dores, sei que os dias são ásperos demais, e que o inimigo do homem cada dia se disfarça menos. Pois, apesar de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu digo, simplesmente, vamos resistir.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 48/79, que eleva para 13 o número de cadeiras da Câmara Municipal de Toledo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 48/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A Câmara Municipal do Município de Toledo passa a contar, a partir da próxima Legislatura, com 13 (treze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 57/80, que declara de utilidade pública a "Casa do Bom Menino de Arapongas", com sede e foro na cidade de Arapongas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 57/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS, com sede e foro na cidade de Arapongas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 58/80, que declara de utilidade pública a "Caritas Diocesana de Jacarezinho", com

sede e foro na cidade de Jacarezinho. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 58/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "CARITAS DIOCESANA DE JACAREZINHO", com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 93/80, (Mens. Govern. n.º 42/80), que incorpora aos vencimentos do funcionalismo estadual a Parcela Adicional Social - PAS, instituída pelos parágrafos 1.º e 2.º, do art. 1.º da Lei n.º 7.258, de 30 de novembro de 1979. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI N.º 93/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — A Parcela Adicional Social - PAS, instituída pelos parágrafos 1.º e 2.º, do art. 1.º, da Lei n.º 7.258, de 30 de novembro de 1979, fica incorporada, no seu atual valor de Cr\$ 1.037,40 (um mil e trinta e sete cruzeiros e quarenta centavos), aos vencimentos dos cargos dos funcionários por ela beneficiados.

Parágrafo único — Em face do disposto neste artigo, o Chefe do Poder Executivo baixará decreto com as tabelas de vencimentos acrescidos da importância referida.

Art. 2.º — Aos funcionários da Coordenação da Receita do Estado - CRE, a Parcela Adicional Social fica incorporada aos seus vencimentos sob a forma de valor autônomo, reajustável por ocasião das majorações gerais, a fim de ser mantida a proporcionalidade de remuneração de que trata a Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando sejam suspensas as Sessões Plenárias a partir do dia 4 a 8 de setembro, dado o elevado número de processos tramitando nas Comissões Permanentes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando voto de aplauso ao Senhor Secretário do Planejamento, pelo modelo de administração que está sendo adotado em diversos Estados. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — (**Pela ordem**) Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor e reconhecimento ao Sr. Secretário do Interior, pelos relevantes trabalhos prestados à frente daquela Secretaria. — **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES — (**Pela ordem**) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (**Pausa**).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (**Pausa**).

1 Sr. Deputado aprova; 11 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 1.º, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 28 e 70/80.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 65, 79 e 94/80.
Levanta-se a sessão.